



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -

1ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2026

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

[Mandato 2025-2027]

Brasília - DF, 10 e 11 de março de 2026

I. Abertura e boas-vindas

1. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em conjunto com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRAF), realizou a 1ª Reunião Plenária Ordinária de 2026 nos dias 10 e 11 de março de 2026, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, em Brasília (DF). A abertura da reunião e coordenação dos trabalhos foi feita pela Presidenta do Consea, Elisabetta Recine.
2. Participaram da 1ª Reunião Plenária Ordinária de 2026, conforme a lista de presença: 41 (quarenta e um) representantes de Organizações da Sociedade Civil componentes do Consea; 07 (sete) representantes de Ministérios componentes do Consea; 18 (dezoito) Presidentes de Conseas Estaduais; 09 (nove) representantes de organizações da Sociedade Civil que são membros observadores do Consea; e 113 (cento e treze) participantes integrantes de instituições governamentais e da sociedade civil que têm relação com a agenda de segurança alimentar e nutricional, mas que não são conselheiros titulares ou suplentes. Registra-se que as listas de presença, por categoria, estão arquivadas na Secretaria-Executiva do Consea.
3. Esta ata contém os seguintes Anexos: A - Pauta da 1ª Reunião Plenária Ordinária 2026; B - Carta Aberta - Manifestação conjunta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO): alinhamento político e conceitual para a transição justa e popular dos sistemas alimentares.
4. A Secretaria-Executiva do Consea confirmou a existência de quórum regimental na Plenária.
5. A Presidenta do Consea submeteu ao plenário a ata da 4ª Reunião Plenária Ordinária de 2025, que foi aprovada por unanimidade, sem quaisquer manifestações.

6. A Presidenta do Consea apresentou a pauta da presente reunião e o plenário aprovou sem alterações e sem quaisquer manifestações (Anexo A).
7. A abertura da plenária foi marcada por uma mística em homenagem ao Frei Sérgio Antônio Görgen, reconhecido como importante liderança na luta camponesa, na defesa da agricultura familiar, da reforma agrária e da soberania alimentar. Foi ressaltado que seu legado permanece vivo nas lutas sociais, simbolizando resistência, compromisso político e construção coletiva.
8. Em seguida, a Presidenta deu início formal aos trabalhos, destacando o caráter estratégico daquela plenária por inaugurar o ciclo de atividades de 2026, além de simbolizar a continuidade das ações do Consea mesmo diante de um contexto desafiador. Ressaltou que, embora haja pausas institucionais, o compromisso político e social com a agenda da segurança alimentar e nutricional permanece contínuo.
9. A Presidenta enfatizou que a plenária havia sido construída de forma articulada entre diferentes espaços institucionais e de participação social, especialmente o Consea, a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), com contribuições também do Conselho Nacional de Economia Solidária, refletindo a necessidade de integração entre agendas que, embora distintas, compartilhavam objetivos comuns. Destacou-se que essa articulação interconselhos tinha como objetivo fortalecer estratégias conjuntas, especialmente no monitoramento das políticas públicas, ampliando a capacidade de incidência política e de acompanhamento das ações governamentais.
10. A Presidenta informou que a plenária fazia parte do processo preparatório para o Encontro Nacional da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional +2 anos, previsto para junho de 2026, como espaço de alinhamento político e de definição de prioridades. Em sua fala, destacou que, apesar da saída do Brasil do Mapa da Fome, persistem desafios relacionados à insegurança alimentar e às desigualdades sociais, exigindo continuidade das políticas públicas. Também alertou para os impactos do cenário internacional sobre os sistemas alimentares e reforçou a importância da mobilização social e da articulação entre governo e sociedade civil para garantir a manutenção e ampliação dos direitos.

II. Pronunciamento Ministerial

11. A Ministra das Mulheres, Márcia Lopes, participou por meio de vídeo, destacando que a luta pelos direitos das mulheres deveria ser permanente, indo além de datas simbólicas como o 8 de março. Ressaltou avanços recentes, como a realização da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e a construção do Plano e do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres (Sinapom). A Ministra enfatizou o protagonismo das mulheres na agricultura familiar, nos territórios e nas comunidades, bem como sua centralidade na garantia da segurança alimentar e nutricional. Destacou também que as mulheres eram desproporcionalmente

impactadas por desigualdades sociais, desastres ambientais e violências estruturais. Reforçou a importância da articulação entre políticas públicas, especialmente nas áreas de produção, abastecimento e acesso a alimentos saudáveis, e ressaltou o papel do Consea como espaço estratégico de mobilização social e construção democrática.

III. Saudações

12. A Sra. Elizete Maria da Silva, representante da CNAPO, destacou a importância do espaço do Consea como instância de diálogo, participação social e construção coletiva de políticas públicas voltadas à agroecologia e à sustentabilidade dos povos do campo, das águas e das florestas. Ressaltou, em especial, o protagonismo das mulheres nesses processos. Em sua fala, enfatizou que o mês de março representa um período de luta e reflexão para as mulheres, indo além do caráter comemorativo do 8 de março, reafirmando a necessidade de reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos e agentes de transformação social. Destacou que, para as mulheres do campo, a luta envolve o acesso à terra e ao território, o reconhecimento do trabalho realizado, a autonomia econômica e política e a participação efetiva nos espaços de decisão sobre políticas públicas. Ressaltou a agroecologia como um caminho concreto de transformação, destacando seu papel na promoção da soberania alimentar, da justiça social, da preservação ambiental e da proteção dos territórios e dos bens naturais. Defendeu que as políticas de agroecologia não deveriam permanecer restritas a espaços institucionais limitados, mas sim serem incorporadas de forma estruturante nos planos de governo, com garantia de orçamento e implementação efetiva nas três esferas. Por fim, reafirmou o compromisso das mulheres com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária, destacando a continuidade das lutas por direitos, igualdade de gênero e enfrentamento à violência contra as mulheres.
13. A Sra. Kelli Mafort, Secretária Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas da Secretaria-Geral da Presidência da República, destacou a relevância da articulação entre Consea, CNAPO e CONDRAF como estratégia para fortalecer políticas públicas estruturantes. Ressaltou que esse processo de integração potencializava a capacidade de enfrentamento dos desafios comuns e ampliava a incidência política desses espaços. Em sua fala, abordou o contexto internacional adverso, caracterizado por crises econômicas, conflitos e intensificação da financeirização, destacando seus impactos sobre os sistemas alimentares e sobre a soberania alimentar. Ressaltou que a luta pelo direito humano à alimentação adequada também se inseria nesse contexto global de disputa econômica e política. Destacou ainda o cenário nacional, mencionando a importância de agendas como a regulamentação do trabalho, a redução das desigualdades e o enfrentamento à violência, especialmente contra as mulheres. Alertou para o papel das redes sociais e das dinâmicas contemporâneas na ampliação de discursos de ódio e violência.

14. A Secretária-Executiva do Ministério das Mulheres, Eutália Barbosa, iniciou sua fala destacando o aumento alarmante dos casos de feminicídio no país, caracterizando a situação como expressão de uma violência estrutural associada a desigualdades de gênero, raça e classe. Ressaltou que a violência contra as mulheres não poderia ser tratada apenas como um problema individual ou pontual, mas como resultado de um sistema que historicamente invisibiliza o trabalho feminino e limita a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Destacou a importância de enfrentar a criminalização do debate de gênero, apontando que a negação desse debate contribui para o agravamento da violência. Reforçou que o enfrentamento ao feminicídio exige políticas públicas integradas, envolvendo diferentes setores do Estado e da sociedade. Enfatizou ainda que a luta das mulheres deve ser contínua e articulada, destacando mobilizações recentes, como as ações do 8 de março, que reafirmaram a resistência e o protagonismo feminino na luta por direitos, igualdade e justiça social.

IV. Mesa: Iniciativas atuais rumo à transição justa e popular dos sistemas alimentares

15. A Presidenta do Consea deu continuidade à reunião convidando para compor a Mesa os representantes da sociedade civil, Inês Rugani e Kota Mulanji, representando o Consea, Clérison dos Santos, do Condraf, e Paulo Petersen, da CNAPO, além dos representantes do governo federal, Ministro Welligton Dias, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Fernanda Machiavelli, Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e Kelli Mafort, representando a Secretaria-Geral da Presidência da República.

16. A Sra. Inês Rugani apresentou uma reflexão conceitual sobre a transição justa dos sistemas agroalimentares. Informou que sua exposição se baseava em resultados preliminares de um projeto conduzido pela Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, com apoio da ACT Promoção da Saúde, voltado à construção de um marco teórico para análise das políticas públicas brasileiras. Destacou que a transição justa deve ser compreendida como um processo de transformação estrutural dos sistemas agroalimentares e da relação entre economia e natureza, orientado pela efetivação do direito humano à alimentação adequada e pela promoção de diferentes dimensões de justiça. Ressaltou que esse processo implica redistribuição de poder, recursos e capacidades, bem como a superação de modelos concentradores e socialmente excludentes. Enfatizou que não se trata de ajustes pontuais no modelo vigente, mas de uma mudança estrutural voltada ao enfrentamento das desigualdades e das assimetrias de poder que caracterizam os sistemas alimentares, com base em princípios de sustentabilidade socioecológica. Apresentou, de forma sintética, as principais dimensões analíticas da justiça associadas à transição justa, destacando: a justiça de reconhecimento, relacionada à valorização de identidades e saberes; a justiça distributiva, voltada à repartição equitativa de benefícios e ônus; a justiça processual, referente à participação nos

processos decisórios; a justiça restaurativa, associada à reparação de desigualdades históricas; e a justiça cosmopolita, relacionada às responsabilidades globais e intergeracionais nos sistemas alimentares. Ao final, destacou que essas dimensões permitem analisar em que medida as políticas públicas contribuem para a construção de sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e inclusivos.

17. A Sra. Kota Mulanji abordou a transição justa a partir da perspectiva dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), destacando que esses grupos já vivenciam, em seus modos de vida, práticas sustentáveis e sistemas alimentares justos. Defendeu que a transição deve estar associada à justiça restaurativa e reparatória, com reconhecimento e reparação dos danos históricos causados pela colonização e pela exclusão social. Ressaltou a importância da proteção dos territórios, dos saberes ancestrais e das formas tradicionais de organização social, enfatizando que esses sistemas contribuem para a sustentabilidade, para a proteção da biodiversidade e para a garantia do direito humano à alimentação adequada. Também destacou a necessidade de políticas públicas específicas voltadas aos PCTs, que reconheçam seu papel fundamental na construção de sistemas alimentares mais justos e resilientes.
18. O Sr. Clérison dos Santos destacou a participação social como elemento central para a construção da transição justa dos sistemas alimentares, defendendo maior articulação entre políticas públicas, territórios e espaços de governança. Ressaltou a importância de fortalecer a agroecologia, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e políticas estruturantes como o Programa Cisternas, além da necessidade de garantir orçamento público e efetiva implementação de planos já existentes, como o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e o III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (III PLANSAN). Também alertou para as dificuldades de integração das políticas públicas, para os impactos de empreendimentos sobre os territórios de PCTs e de agricultores familiares, e para a importância de discutir não apenas o acesso à alimentação, mas também a qualidade dos sistemas de produção e consumo.
19. O Sr. Paulo Petersen destacou a importância da articulação entre os conselhos e da centralidade do debate sobre sistemas alimentares no contexto político atual. Defendeu que a transição dos sistemas alimentares deve ser popular, orientada pela sociedade e não pelos interesses de mercado, ressaltando que os modelos atuais geram impactos sociais, ambientais e climáticos. Enfatizou a necessidade de participação social territorializada, fortalecimento da agroecologia, reforma agrária e garantia de direitos territoriais, além de criticar contradições nas políticas públicas, como o avanço simultâneo de iniciativas agroecológicas e da liberação de agrotóxicos. Por fim, reforçou a importância da mobilização social e da ampliação do debate público sobre sistemas alimentares, especialmente no contexto eleitoral.
20. O Ministro Wellington Dias destacou que o atual governo assumiu seu mandato em um contexto de desestruturação das políticas de segurança alimentar e nutricional e de desmonte de instâncias como o CONSEA e a CAISAN. Ressaltou o processo de

reconstrução dessas políticas, com a retomada de programas e a criação de iniciativas como o Plano Brasil Sem Fome, construídas com participação social. Destacou ações como a reformulação do Bolsa Família, o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), das cozinhas solidárias e do apoio à agricultura familiar por meio do Plano Safra. Apontou resultados relacionados à redução da insegurança alimentar, da pobreza e da desigualdade social, enfatizando que a superação da fome deve avançar para a garantia de alimentação saudável e sustentável. Também ressaltou a importância da integração entre políticas sociais, produtivas e ambientais, defendendo a continuidade das políticas públicas, o fortalecimento do cooperativismo e a articulação entre Estado e sociedade civil para consolidar os avanços alcançados.

21. A Sra. Fernanda Machiavelli, Secretária-Executiva do MDA, destacou os avanços do Brasil na reconstrução das políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional e à transformação dos sistemas alimentares, mesmo diante de desafios globais. Ressaltou a redução da insegurança alimentar, o fortalecimento da Conab, da reforma agrária e das políticas de abastecimento, além do protagonismo brasileiro em debates internacionais sobre reforma agrária, agroecologia e agricultura familiar. Enfatizou a importância de instrumentos como o PLANAPO, o Plano Brasil Sem Fome e o Plano de Abastecimento Alimentar (PLANAB) para orientar a transição justa dos sistemas alimentares. Também destacou o papel estratégico da agricultura familiar, dos PCTs e das mulheres rurais, ressaltando políticas voltadas à autonomia econômica, como os quintais produtivos e o PRONAF Agroecologia, além de avanços na regularização fundiária e no reconhecimento de territórios tradicionais.
22. O Sr. Josué Augusto do Amaral Rocha, Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República destacou a importância dos três Conselhos como expressão da força da sociedade civil, que resistiu ao desmonte das políticas de segurança alimentar e nutricional, e reconheceu que essa mobilização foi fundamental para tirar o Brasil do Mapa da Fome em articulação com o governo federal. Afirmou que o desafio seguinte era avançar para a transição justa dos sistemas alimentares, enfatizando a urgência dessa agenda diante do contexto internacional e da necessidade de fortalecer a soberania alimentar. Também mencionou iniciativas como o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA), a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar como caminhos já em curso, concluindo ao reforçar a importância da continuidade do diálogo entre governo e sociedade.
23. A Sra. Kelli Mafort, Secretária Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas, reforçou que o termo “popular” na transição dos sistemas alimentares reconhecia o papel dos movimentos sociais e convocava uma aliança entre governo e sociedade para promover transformações estruturais. Destacou a reconstrução

dos espaços de participação social no governo federal, como conselhos, conferências e planos, ressaltando que esses instrumentos devem sair do papel e impactar a vida da população, com acompanhamento ativo da sociedade. Apontou que o novo desafio era ampliar e fortalecer a participação popular nos territórios, especialmente após retrocessos democráticos, citando iniciativas como agentes populares, tecnologias sociais e programas como o “Governo do Brasil na Rua” e o “Orçamento do Povo”. Por fim, afirmou que a transição justa e popular dos sistemas alimentares também envolve um projeto político de país, que deve ser construído coletivamente, com protagonismo da sociedade civil.

V. Manifestações da Plenária

24. A Presidenta do Consea abriu as inscrições para manifestações dos participantes da plenária. As intervenções abordaram, principalmente, as seguintes questões:

- Reconhecimento dos avanços do governo no combate à fome, de incentivo à agricultura familiar e de redução do desmatamento, mas com críticas à dificuldade de implementação efetiva das políticas nos territórios.
- Defesa do fortalecimento da participação social e do protagonismo dos movimentos populares, especialmente nos estados e municípios, como condição para uma transição justa dos sistemas alimentares.
- Reivindicação de maior inclusão de PCTs nos cadastros e instrumentos de acesso às políticas públicas, além da revisão de entraves burocráticos.
- Ênfase na centralidade das mulheres rurais, da agroecologia e da agricultura familiar para a soberania alimentar, com defesa de políticas estruturantes, orçamento adequado e fortalecimento dos quintais produtivos.
- Preocupação com a transparência, com o monitoramento participativo dos dados e com a efetividade das políticas públicas nos territórios.
- Alerta sobre avanço do fascismo, ameaças aos territórios e necessidade de fortalecimento da democracia, da organização popular e da paz entre os povos.
- Defesa da valorização das práticas tradicionais, da descriminalização dos modos de vida dos PCTs e do fortalecimento das cooperativas legítimas e da juventude rural.

25. A Presidenta passou para as manifestações finais da Mesa. A Secretária-Executiva do MDA destacou a importância da sociedade civil na construção, monitoramento e cobrança das políticas públicas, afirmando que os avanços do governo só ocorreram devido à participação dos Movimentos Sociais e Conselhos. Defendeu que o MDA vinha reconstruindo e ampliando políticas para a agricultura familiar, reconhecendo desafios como o fortalecimento do PAA e da regularização fundiária. Também apresentou avanços no programa de quintais produtivos, reforçou que as políticas do MDA são executadas em parceria com organizações populares e cooperativas, e assumiu compromissos relacionados à juventude rural, ao combate às “cooperfakes” e ao apoio às mobilizações sociais do campo.

26. A Sra. Lilian Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, destacou a importância do diálogo entre CONSEA, CNAPO e CONDRAF, ressaltando que a agenda de segurança alimentar envolve agroecologia, desenvolvimento rural e proteção social. Explicou que o MDS atua tanto pelo pacto federativo quanto em parceria com a sociedade civil para garantir a execução das políticas públicas. Também reconheceu as dificuldades e lentidão no processo de inclusão de todos os segmentos de povos e comunidades tradicionais no Cadastro Único, defendendo a continuidade da articulação e do diálogo para avançar nessa pauta.
27. A Sra. Valeria Burity, Secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome, destacou em sua fala a importância da democracia e da participação social como conquistas fundamentais para a construção das políticas de segurança alimentar e nutricional. Defendeu o conceito de sistemas alimentares como forma de integrar políticas agrárias, agrícolas, de abastecimento e de saúde pública, colocando o direito humano à alimentação adequada no centro desse processo. Também ressaltou os avanços do Governo Federal na saída do Brasil do Mapa da Fome, mas enfatizou a necessidade de garantir alimentação adequada, fortalecer o SISAN, integrar políticas públicas e ampliar o orçamento destinado a segurança alimentar e nutricional, agroecologia, agricultura familiar e proteção social. Além disso, reforçou que a inclusão de PCTs no Cadastro Único vinha sendo debatida, embora a implementação ainda enfrentasse dificuldades operacionais.
28. O Sr. Josué Augusto do Amaral Rocha reforçou a importância da integração entre os Conselhos e da ampliação da participação social nos territórios, destacando iniciativas do Governo Federal voltadas à aproximação com municípios e organizações sociais, como o programa Governo do Brasil na Rua, os espaços de escuta dos Fóruns de Participação Social, as oficinas de capacitação pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e a futura Plataforma Juventude Solidária. Também ressaltou a necessidade de fortalecer mecanismos de participação direta da população na definição das prioridades do Governo, mencionando o Orçamento do Povo como estratégia para aproximar o Governo Federal da sociedade e ampliar o protagonismo popular na construção das políticas públicas.
29. A Sra. Kota Mulanji destacou a importância do encontro entre os três Conselhos, mas defendeu que ele resultasse em encaminhamentos concretos, especialmente no reconhecimento e na reparação histórica aos PCTs. Criticou a falta de incorporação efetiva dessas pautas nas políticas públicas e ressaltou a necessidade de ampliar o CadÚnico para incluir todos os segmentos de PCTs, como ribeirinhos e povos de matriz africana, apontando que a ausência desse reconhecimento dificulta o acesso a direitos e políticas públicas nos territórios.
30. O Sr. Paulo Petersen destacou que, embora os avanços apresentados pelo Governo sejam reais, eles não têm se traduzido automaticamente em consciência política nos territórios. Defendeu a retomada da educação popular e da politização das políticas

públicas junto às comunidades, apontando que muitas ações acabam apropriadas por práticas clientelistas locais. Também ressaltou a importância de fortalecer processos de participação social nos territórios, por meio de mobilizações como a Marcha das Margaridas e o Encontro Nacional de Agroecologia, como estratégias para ampliar o diálogo político e enfrentar o avanço do fascismo nas bases sociais.

VI. Vídeo de Homenagem ao Dia das Mulheres

31. Foi exibido um vídeo elaborado pela equipe de comunicação do Consea em homenagem às mulheres conselheiras do Consea e às representantes do poder público que atuam na agenda de segurança alimentar e nutricional. O material destacou a trajetória e o protagonismo das mulheres na produção de alimentos, na agroecologia, na preservação de sementes, na agricultura familiar e na construção de sistemas alimentares sustentáveis. As falas abordaram temas como soberania alimentar, direito à alimentação adequada, valorização dos territórios, enfrentamento ao racismo, machismo e patriarcado, além da importância das mulheres na defesa da dignidade, da justiça social e da permanência das comunidades no campo. Também foi ressaltado o papel das mulheres indígenas, quilombolas, agricultoras familiares e de PCTs na garantia da alimentação e na preservação dos modos de vida e saberes ancestrais.

VII. Informe MonitoraSAN

32. A Secretaria-Executiva do Consea (SE-Consea) apresentou a primeira edição do MonitoraSAN, informe de monitoramento participativo elaborado pelo Consea com apoio da Secretaria-Executiva, de conselheiros e de representantes dos territórios. O projeto-piloto teve como foco o PNAE, reunindo dados sobre orçamento, compras da agricultura familiar e análises relacionadas ao direito humano à alimentação adequada, considerando dimensões como acesso, adequação e sustentabilidade. O trabalho também contou com grupos focais das comissões permanentes e escutas nos territórios, trazendo experiências da agricultura familiar no Amazonas e identificando desafios e avanços do programa. A SE-Consea destacou que o objetivo é fortalecer a participação social no monitoramento das políticas públicas e aperfeiçoar as próximas edições do MonitoraSAN.

VIII. Mesa: Plano Safra e Plano Nacional de Abastecimento Alimentar: resultados, perspectivas e desafios

33. A Mesa da tarde contou com a abertura feita pela Presidenta Elisabetta Recine, que convidou os palestrantes Laércio Meirelles, da Rede Ecovida de Agroecologia, Vanderley Ziger, Secretário Nacional de Agricultura Familiar e Agroecologia do MDA, Anderson Amaro, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Cecile Marie, representando a CNAPO, Lidenilson da Silva, pelo CONDRAF, Ana Terra Reis, Secretária Nacional de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar, Silvio Porto, Diretor da CONAB, Ana Maria Maya, Conselheira do Consea, Marcos Rochinski, da CNAPO, e Lilian Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
34. O Sr. Vanderley Ziger apresentou reflexões sobre o Plano Safra da Agricultura Familiar, destacando que ele vai além do crédito rural e deve contemplar todo o

público da agricultura familiar, inclusive aqueles que não acessam o PRONAF. Informou que o Brasil possui cerca de 4 milhões de CAFs emitidos, mas apenas cerca de 30% desse público acessa financiamento, principalmente devido à baixa renda das famílias rurais. Também destacou avanços recentes do PRONAF, como o aumento no número de contratos, especialmente no Nordeste, e a ampliação do acesso para mulheres, jovens, indígenas, pescadores artesanais e beneficiários do PRONAF B. Ressaltou ainda a criação de linhas voltadas para agroecologia, quintais produtivos e melhorias sanitárias, além do programa Desenrola Rural, que renegociou dívidas de milhares de agricultores familiares. Apesar dos avanços, afirmou que ainda existem grandes desafios para ampliar o acesso às políticas públicas e alcançar famílias que seguem fora do sistema de financiamento rural.

35. A Sra. Cecile Marie destacou que o Plano Safra ainda segue uma lógica centrada em crédito, produtos e insumos, distante da perspectiva da agroecologia, que busca trabalhar sistemas alimentares, territórios e manejo sustentável. Ressaltou a importância do GT Plano Safra, que reúne diferentes Conselhos, defendendo maior continuidade das reuniões para fortalecer o monitoramento e a formulação de propostas. Reconheceu avanços no acesso ao PRONAF, especialmente para mulheres, jovens e outros grupos, mas apontou limitações do modelo baseado no crédito e na bancarização, destacando o problema do endividamento rural. Defendeu políticas de fomento e ATER mais adequadas à realidade da agroecologia, além de melhores condições para elaboração de projetos de crédito. Também alertou para as dificuldades de acesso ao seguro rural, sobretudo para agricultores familiares e produções orgânicas, que permanecem mais vulneráveis diante das mudanças climáticas.
36. O Sr. Lidenilson destacou que o debate sobre o Plano Safra envolve uma disputa de projetos para os sistemas alimentares. Apontou quatro elementos centrais dessa “guerra silenciosa” nos territórios: a expansão das sementes transgênicas, o uso intensivo de agrotóxicos, o avanço dos alimentos ultraprocessados e os conflitos pela terra e pelos territórios. Segundo ele, esses fatores aprofundam a insegurança alimentar, a fome, a violência no campo, a erosão genética das sementes crioulas e os impactos da crise climática. O representante ressaltou que, apesar dos avanços nas políticas públicas, muitos agricultores ainda enfrentam barreiras no acesso ao crédito, especialmente devido à atuação dos agentes financeiros. Defendeu o fortalecimento de políticas de comercialização, compras públicas, armazenamento da produção e acesso a tecnologias adequadas para a agricultura familiar e camponesa. Também enfatizou a importância do saneamento rural e da justiça de gênero, reconhecendo o papel histórico das mulheres na produção e reprodução da vida nos territórios rurais.
37. O Sr. Anderson Amaro destacou a importância do protagonismo das mulheres na agroecologia e na agricultura familiar, ressaltando que o enfrentamento à violência de gênero deve fazer parte da construção de um Plano Safra mais justo e

agroecológico. Reconheceu avanços apresentados pelo Governo, mas afirmou que ainda há muitos desafios, especialmente na falta de integração entre as políticas públicas relacionadas ao crédito, abastecimento e produção de alimentos. O Conselheiro defendeu a ampliação de políticas de crédito voltadas à agroecologia, com maior incentivo aos bioinsumos, juros reduzidos para a produção de alimentos e modelos “desbancarizados”, que combinem financiamento e fomento para alcançar agricultores excluídos do sistema financeiro. Também apontou a necessidade de adequar o Plano Safra às realidades dos PCTs, considerando seus modos específicos de produção. Por fim, ressaltou a importância de fortalecer políticas diante das mudanças climáticas, ampliar o diálogo com agentes financeiros e enfrentar a fome em uma perspectiva de solidariedade e justiça social.

38. A Sra. Ana Terra Reis apresentou o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (PLANAB), destacando que sua construção ocorreu de forma coletiva, envolvendo diferentes ministérios, Conselhos e organizações da sociedade civil. Ressaltou que o Plano integra iniciativas como o PLANSAN, PLANAPO, Plano Safra e Brasil Sem Fome, buscando estruturar um sistema de abastecimento inclusivo, capaz de garantir o direito humano à alimentação adequada, da produção ao consumo. O Plano está organizado em seis eixos estratégicos, envolvendo ações relacionadas à produção, distribuição, comercialização, acesso à terra, abastecimento e ambientes alimentares. A expositora apresentou um balanço inicial do monitoramento do PLANAB, indicando que a maioria das metas está em execução, embora ainda existam desafios de articulação institucional, monitoramento e engajamento dos órgãos responsáveis. Destacou iniciativas como o Programa Alimento no Prato, o fortalecimento de feiras da agricultura familiar, a retomada da formação de estoques públicos de alimentos, a modernização das Ceasas e políticas voltadas à produção agroecológica, sementes e inclusão sanitária. Também ressaltou dificuldades estruturais e orçamentárias para implementação das ações, especialmente em áreas como agroindustrialização, armazenamento e logística da agricultura familiar. Por fim, enfatizou a importância do monitoramento contínuo, da participação da sociedade civil e do fortalecimento das políticas públicas de abastecimento alimentar como estratégia para garantir soberania alimentar, combate à fome e fortalecimento da agricultura familiar.

39. O Sr. Silvio Porto destacou a importância da participação social e do diálogo entre governo e movimentos sociais para fortalecer políticas de abastecimento alimentar, agroecologia e combate à fome. Defendeu que as políticas públicas sejam construídas a partir dos territórios e criticou a concentração do mercado nas grandes redes de supermercados. Também ressaltou avanços do Governo Federal no PAA, especialmente no atendimento a mulheres, povos indígenas, comunidades tradicionais e cozinhas solidárias. Apontou, porém, que ainda faltam recursos e maior capacidade de intervenção do Estado para garantir preços justos aos produtores e consumidores. Por fim, defendeu mais investimentos públicos, criticou

os juros altos e afirmou que Planos como o PLANAB, PLANSAN e o Guia Alimentar para a População Brasileira devem orientar as políticas de segurança alimentar e abastecimento no país.

40. A Sra. Lilian Rahal destacou que as ações de segurança alimentar e nutricional do governo são organizadas dentro do SISAN, sistema baseado no direito humano à alimentação adequada e na participação social. Ressaltou que todas as políticas e programas são construídos com participação da sociedade civil e articulados com Planos como o PLANSAN e o PLANAB. Em sua fala, apresentou iniciativas desenvolvidas pelo MDS, como o fortalecimento dos quintais produtivos para mulheres rurais, a ampliação das cozinhas solidárias, o apoio aos bancos de alimentos e a expansão do Programa Cisternas, incluindo tecnologias voltadas para produção agrícola e manejo da agrobiodiversidade. Também destacou ações relacionadas à distribuição de sementes e à estratégia Alimenta Cidades, que busca fortalecer sistemas alimentares urbanos e combater desertos alimentares nos municípios. Por fim, enfatizou a necessidade de ampliar o alcance das políticas públicas para populações rurais vulneráveis e celebrou os 30 anos do PRONAF, reconhecendo avanços, mas também os desafios ainda existentes para transformar o atual sistema alimentar brasileiro.
41. Após isso, a fala foi repassada para os quatro representantes dos Conselhos, na seguinte ordem: Consea, CNAPO e CONDRAF.
42. A Sra. Ana Maria Maya, Conselheira do Consea, afirmou que, apesar dos avanços nas políticas de segurança alimentar e nutricional, ainda há muitos desafios para garantir o direito à alimentação adequada no Brasil. Criticou o fato de os incentivos públicos favorecerem mais a produção de soja do que os alimentos da cesta básica e destacou que a população mais pobre enfrenta dificuldades para acessar alimentos saudáveis, especialmente nas periferias urbanas. Também apontou que o sistema alimentar é influenciado pelo agronegócio e pela indústria de ultraprocessados, o que dificulta a efetivação das políticas públicas de alimentação saudável.
43. A Sra. Leila Santana, conselheira do Consea, ressaltou os desafios de garantir a produção de alimentos saudáveis “da enxada ao prato” e destacou a importância da articulação entre os Conselhos e do compromisso do governo com a agroecologia e a segurança alimentar e nutricional. Defendeu a regulação do agronegócio e das grandes redes de supermercados, além da necessidade de aproximar campo e cidade. Também apontou desafios centrais do PLANAB, como garantir orçamento, fortalecer a participação dos ministérios, melhorar o monitoramento e integrar políticas públicas como agroecologia, PAA e abastecimento alimentar para que funcionem de forma articulada.
44. O Sr. Marcos Rochinski defendeu que, após a saída do Brasil do Mapa da Fome, o próximo compromisso deve ser garantir alimentação saudável e “comida de verdade” para a população. Para ele, o PLANAB precisa orientar as políticas públicas, substituindo a lógica centrada apenas no crédito rural. Ele destacou que políticas

como o PAA são importantes, mas insuficientes para alcançar todas as famílias da agricultura familiar. Disse ser necessário fortalecer redes de abastecimento solidário e garantir que os alimentos produzidos pela agricultura familiar e agroecológica cheguem efetivamente ao mercado e às periferias urbanas. Por fim, afirmou que construir um sistema de abastecimento inclusivo exigirá forte disputa política contra o poder das grandes redes de supermercados e do agronegócio, defendendo união entre sociedade civil e governo para enfrentar esses interesses.

45. O Sr. Lidenilson Sousa, representando o Condraf, destacou que o principal desafio do abastecimento alimentar é garantir comida de verdade e de qualidade para toda a população, especialmente para os trabalhadores urbanos, e não apenas para grupos com maior poder aquisitivo. Defendeu que a agroecologia e a alimentação saudável precisam ser universalizadas, aproximando produção e consumo. Também afirmou que é necessário fortalecer a organização popular e ampliar o diálogo com a sociedade sobre alimentação, produção agrícola e políticas públicas. Para ele, popularizar o debate da agroecologia é fundamental para aproximar consumidores da realidade da produção de alimentos e garantir acesso digno à alimentação saudável.

IX. Manifestações da Plenária

46. O Sr. Laércio Meirelles abriu as inscrições para manifestações dos participantes da plenária. As intervenções abordaram, principalmente, as seguintes questões:
- Defesa do reconhecimento da agricultura urbana e periurbana nas políticas públicas.
 - Importância da educação alimentar e do acesso à comida saudável.
 - Necessidade de enfrentar o racismo estrutural nas políticas de segurança alimentar e nutricional.
 - Destaque para desigualdades que afetam populações negras, indígenas, quilombolas e periféricas.
 - Integração entre agroecologia, reforma agrária e reforma urbana.
 - Valorização da participação social e da articulação entre Conselhos e governo.
 - Cobrança por políticas específicas para a Amazônia, com acesso à tecnologia, crédito e logística.
 - Defesa de políticas públicas articuladas para garantir abastecimento e combate à fome.
47. O Sr. Laércio Meirelles passou a palavra para a Mesa realizar suas últimas contribuições. A Sra. Ana Terra Reis reforçou que a questão racial esteve presente desde o início dos debates e destacou a necessidade de manter o enfrentamento ao racismo estrutural como prioridade nas políticas públicas e nos espaços de poder. Afirmou que o PLANAB foi pensado considerando essa dimensão, especialmente no combate à fome, e ressaltou também a importância de enfrentar o patriarcado e construir relações mais justas e igualitárias. Além disso, chamou atenção para a relevância do PNAE como política estratégica para fortalecer a aquisição de

alimentos da agricultura familiar e contribuir para o abastecimento alimentar no país.

48. A Sra. Lilian Rahal reconheceu a importância de ampliar o olhar racial nas políticas públicas e destacou ações voltadas às comunidades quilombolas, como a aplicação de recursos do PAA Quilombola em diversos estados brasileiros, beneficiando milhares de famílias com cisternas, assistência técnica e fomento rural. Também ressaltou o apoio a cozinhas solidárias quilombolas e urbanas ligadas à população negra, além da construção de políticas específicas para cozinhas tradicionais de povos e comunidades de matriz africana e de terreiro. Afirmou ainda o compromisso do Governo Federal em fortalecer essas iniciativas e ampliar a atenção às populações negras e tradicionais nas próximas ações.
49. O Sr. Vanderley Ziger destacou a necessidade de transformar os debates das conferências e Conselhos em ações concretas dentro do governo, especialmente na construção do Plano Safra e das políticas de crédito. Defendeu a revisão dos subsídios destinados às commodities agrícolas, propondo redirecionar parte desses recursos para políticas de fomento voltadas à produção de alimentos. Também ressaltou a importância de aprofundar os debates com movimentos sociais, Conselhos, bancos e agentes financeiros para fortalecer políticas públicas mais estruturantes e alinhadas à agricultura familiar e ao abastecimento alimentar.

X. Informes

50. O Diretor de Gestão Interna, Financeira e Orçamentária, Leandro Couto, apresentou duas iniciativas da Secretaria-Geral da Presidência da República voltadas à ampliação da participação social nas políticas públicas. A primeira foi o programa “Governo na Rua”, que percorre capitais brasileiras levando serviços federais diretamente à população e promovendo diálogo entre governo e movimentos sociais. A iniciativa busca aproximar o Estado das demandas populares, oferecendo serviços como atendimentos do INSS e debatendo pautas sociais, como o fim da escala 6x1. A segunda iniciativa apresentada foi o Orçamento Participativo Federal, previsto no PPA 2024-2027. O programa permitirá que a população participe da definição de prioridades de uma parcela do orçamento federal. Em uma primeira fase piloto, cerca de 230 municípios participarão do processo, incluindo todas as capitais e municípios médios. O Governo Federal apresentará um “cardápio” de políticas públicas e serviços já estruturados para execução rápida, como ambulâncias, cozinhas solidárias, equipamentos para agricultura familiar, Patrulha Maria da Penha e unidades móveis de saúde. A votação será feita digitalmente, principalmente via WhatsApp e pela plataforma Brasil Participativo, permitindo que a população escolha as prioridades locais. Além da votação online, apontou que o Governo Federal pretende estimular plenárias e debates territoriais organizados por movimentos sociais e lideranças comunitárias. Segundo o Diretor, o objetivo é fortalecer a democracia participativa, aproximar a população das decisões sobre

políticas públicas e construir uma metodologia que possa se consolidar nos próximos governos.

51. A partir dos informes do Diretor Leandro Couto, manifestações foram feitas. Os principais tópicos levantados foram:

- Houve entendimento de que o momento ainda não é de aprofundar o mérito da proposta, pois é necessária maior compreensão antes de avaliações mais detalhadas.
- Foi manifestada preocupação com o cronograma apresentado, considerado muito apertado.
- Questionou-se a capacidade de execução dentro do prazo proposto (até 4 de julho), tanto por parte do governo quanto da sociedade civil.
- Houve alerta de risco de que uma iniciativa potencialmente positiva possa gerar desafios ou resultados indesejados se implementada de forma acelerada.
- Reconheceu-se a dimensão e complexidade da proposta, considerando-a de grande escala.
- Foi posto que a proposta provoca reflexão sobre as necessidades dos territórios e municípios envolvidos.
- Foi destacada a importância da comunicação no processo de implementação.
- Sugeriu-se a inclusão formal da área de comunicação na estrutura de governança (mesmo com a Casa Civil já prevista), reforçando que ela não deve ficar de fora devido à sua relevância estratégica.

52. O Sr. Leandro Couto complementou sua fala anterior, esclarecendo que a Secretaria de Comunicação (Secom) já está atuando como parceira no processo, havendo apenas uma questão burocrática relacionada à sua participação formal no comitê. Em seguida, ressaltou que a proposta envolve uma transposição de escala dos governos municipais para o governo federal, o que aumenta significativamente sua complexidade. Explicou a manutenção do acrônimo OAP, agora denominado “Orçamento do Povo”, reforçando a centralidade da participação popular na decisão orçamentária. Apontou desafios relacionados à inclusão de obras no processo, considerando o calendário eleitoral, a viabilidade de execução no prazo e o fato de muitas demandas serem de responsabilidade dos municípios, o que poderia gerar conflitos de atribuição entre entes federativos. Diante disso, informou que, na fase inicial, optou-se por não incluir obras de forma geral no “cardápio” da proposta, tratando essa etapa como um teste do modelo. Como exemplo de inclusão possível, cita iniciativas na área da educação, especialmente a proposta de salas de recursos multifuncionais para alunos com espectro autista, construída a partir de articulações entre diferentes órgãos. Destacou que o “cardápio” de políticas busca alternativas viáveis para o nível federal, sem personalização excessiva por município, e reforçou a intenção de evolução gradual do programa. Indicou ainda a expectativa de divulgação de cerca de 230 municípios nas próximas semanas, o que permitirá iniciar a mobilização com os cardápios definidos. Por fim, enfatizou a importância do

apoio dos movimentos sociais e atores políticos, reconheceu a singularidade e relevância histórica do momento e ressaltou o potencial da iniciativa para fortalecer a reflexão da sociedade sobre o orçamento público.

53. A Presidenta Elisabetta Recine encerrou o primeiro dia da Plenária, orientou quanto às reuniões das Comissões Permanentes (CPs) no dia seguinte e informou que a seguir ocorreria as reuniões dos Grupos de Trabalhos (GTs).

XI. Proposta Metodológica do Encontro Nacional 6ª CNSAN +2

54. No período da manhã do dia 11 de março, ocorreram as reuniões das CPs e da Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais (CPCE). No período da tarde, a Presidenta do Consea abriu o segundo dia de plenária apresentando a proposta metodológica do Encontro +2 como um processo de acompanhamento da implementação do III PLANSAN, com foco na análise dos avanços, desafios e possibilidades de aprimoramento das ações já em execução, sem propor reformulações estruturais do Plano devido ao curto tempo de implementação e ao contexto político-eleitoral. O processo preparatório foi organizado em três etapas principais: o “Retrato dos Estados”, voltado à análise da implementação dos Anúncios do Plano nos territórios estaduais, identificação de boas práticas e elaboração de recomendações; os “Diálogos de Implementação”, compostos por plenárias e encontros temáticos sobre questões estratégicas para a execução do Plano; e o Encontro Nacional propriamente dito, previsto para junho, reunindo cerca de 350 participantes.
55. Os objetivos centrais do encontro foram definidos como: analisar a implementação do III PLANSAN, propor estratégias para acelerar e aprimorar sua execução e acumular reflexões sobre prioridades futuras da agenda de soberania e segurança alimentar e nutricional. Destacou-se que os debates terão caráter político e estratégico, priorizando a efetividade da implementação do Plano e o fortalecimento do SISAN.
56. Durante a preparação, os Conselhos estaduais poderão escolher quais Anúncios do Plano priorizar em suas análises, sendo apoiados por documentos, metodologias e informações disponibilizadas pelo Consea e pela Caisan. Também foi prevista a sistematização nacional das discussões estaduais, incluindo boas práticas e recomendações.
57. O Encontro Nacional será estruturado em Mesas temáticas, grupos de trabalho organizados por Anúncios do Plano e plenárias de socialização dos resultados. Foi destacada ainda a proposta de elaboração de uma carta política, construída a partir das contribuições acumuladas ao longo do processo preparatório, além da celebração dos 20 anos da LOSAN como marco importante da trajetória do SISAN.

XII. Deliberações - Recomendações

58. A plenária analisou no total 06 propostas de recomendações (Anexos B, C, D, E, F e G). Iniciou-se pela CP2, que apresentou duas recomendações relacionadas ao processo conciliatório instaurado no âmbito da ADI 7788, referente à RDC nº 24 da

Anvisa, que trata da publicidade de alimentos. As manifestações destacaram preocupação com a tentativa de conciliação conduzida pelo STF entre a Anvisa e o setor regulador, entendendo que o procedimento pode fragilizar a autoridade regulatória da Anvisa, abrir precedentes inadequados para futuras políticas sanitárias e ocorrer sem participação da sociedade civil, aumentando riscos de captura corporativa e enfraquecimento da proteção ao direito humano à alimentação adequada e à saúde. Nesse sentido, recomendou-se ao STF a extinção do procedimento conciliatório, com prosseguimento do julgamento do mérito da ação, bem como à Anvisa e à AGU a retirada do processo de conciliação, reafirmando a competência regulatória da Agência e a importância da participação social na formulação e defesa de políticas públicas sanitárias. A Presidenta abriu a palavra para esclarecimentos e ajustes aos textos. Em seguida, submeteu as recomendações à apreciação do plenário e, sem manifestações contrárias ou abstenções, declarou-se as recomendações aprovadas (Anexos B e C).

59. A CP2 apresentou sua última recomendação que foi direcionada ao Ministério da Educação, em defesa da integridade científica e da autonomia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), diante de denúncias de pressão exercida por setores ligados ao agronegócio para excluir ou alterar conteúdos que abordam as relações entre sistemas alimentares, saúde e crise climática. A proposta destacou a importância de que os livros didáticos sejam orientados por evidências científicas e alinhados a marcos de políticas públicas, como o Guia Alimentar para a População Brasileira, o Marco de Educação Alimentar e Nutricional e o Marco de Referência de Sistemas Alimentares e Clima. Também foram ressaltados os riscos da desinformação e da influência indevida de interesses econômicos privados sobre os conteúdos educacionais, recomendando-se a adoção desses referenciais na avaliação dos materiais didáticos, a realização de audiências públicas e processos de escuta com a sociedade civil e o fortalecimento de mecanismos de proteção contra interferências externas no PNLD. Em seguida, submeteu-se a recomendação à apreciação do plenário e, sem manifestações contrárias ou abstenções, foi declarada aprovada (Anexo D).
60. Foi apresentada recomendação conjunta das CP2 e CP4 em resposta a denúncias de violações do direito humano à alimentação adequada em ambientes coletivos de alimentação, especialmente no atendimento a pessoas com necessidades alimentares específicas. A proposta destacou que, apesar da existência de normas e protocolos, ainda há falhas na garantia de dietas adequadas e seguras em espaços como hospitais, restaurantes populares, cozinhas solidárias, unidades do sistema socioassistencial, alimentação escolar e ambientes de privação de liberdade. A recomendação foi direcionada a diferentes órgãos, como Ministério da Saúde, MDS, FNDE, Ministério do Trabalho e Anvisa, envolvendo ações de aprimoramento de protocolos, formação técnica, adaptação de programas alimentares e fortalecimento de práticas de segurança alimentar e nutricional. Durante o debate,

também foram discutidas questões relacionadas à terminologia utilizada para contemplar diferentes práticas e restrições alimentares, incluindo aspectos culturais, religiosos e escolhas alimentares, ressaltando-se a necessidade de aprofundamento conceitual e cuidado na adoção de novos termos em documentos oficiais. Em seguida, submeteu-se a recomendação à apreciação do plenário e, sem manifestações contrárias ou abstenções, foi declarada aprovada (Anexo F).

61. A CP4 apresentou recomendação relacionada aos impactos das apostas esportivas, conhecidas como Bets, sobre o direito humano à alimentação adequada. Foi destacado que o aumento das apostas tem contribuído para o endividamento das famílias, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social, comprometendo a renda destinada à alimentação e agravando situações de insegurança alimentar, além de impactos sobre a saúde mental. Nesse contexto, foi aprovada recomendação direcionada ao Senado Federal para que avance na tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 3.563/2024, que propõe maior regulamentação da publicidade e dos patrocínios ligados às apostas esportivas, buscando limitar sua influência no cotidiano da população. Em seguida, submeteu-se a recomendação à apreciação do plenário e, sem manifestações contrárias ou abstenções, foi declarada aprovada (Anexo G).
62. A CP6 apresentou recomendação ao Ministério da Saúde (MS) e ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) em apoio ao lançamento do Programa Nacional de Saneamento Indígena (PNSI), construído a partir de consultas e escutas realizadas junto às lideranças e territórios indígenas. Durante a fala, foi ressaltado que muitas comunidades indígenas ainda enfrentam graves dificuldades de acesso à água potável, esgotamento sanitário, manejo adequado de resíduos e drenagem, situação agravada pelas mudanças climáticas e pelos impactos sobre a saúde das populações, especialmente de crianças. Desta forma, a recomendação solicita ao MS que o lançamento oficial do PNSI ocorra no Acampamento Terra Livre 2026 e ao MPO que garanta recursos para sua execução no próximo exercício financeiro. Em seguida, submeteu-se a recomendação à apreciação do plenário e, sem manifestações contrárias ou abstenções, foi declarada aprovada (Anexo E).

XIII. Relatos das CPs e CPCE

63. Tendo em vista as reuniões das CPs e da CPCE que ocorreram no período da manhã, em 11 de março, foram feitos os relatos das comissões em plenária na parte da tarde, a saber:
64. A CP3 concentrou suas discussões em dois eixos principais: inclusão sanitária e políticas voltadas à agricultura familiar e abastecimento alimentar. No debate conjunto com as CP2, CP6 e CP7, foi retomado o histórico das discussões sobre a RDC 49 e os riscos das alterações em curso na política de inclusão sanitária, sendo encaminhado o fortalecimento do grupo de trabalho responsável pelo tema, com ampliação da participação de representantes e elaboração, até o final do mês, de uma síntese de contribuições para incidência junto ao governo federal. Em relação

ao Plano Safra da Agricultura Familiar 2026-2027, a CP avaliou que, apesar de avanços anunciados em áreas como agroecologia e políticas para mulheres, os incentivos ainda permanecem insuficientes diante da necessidade de ampliação da produção de alimentos. Houve forte incidência da CP pela redução ou zeragem dos juros para produção de alimentos e pela revisão da destinação dos subsídios de equalização, hoje concentrados em commodities. Também foi destacada a necessidade de maior regularidade e abertura do GT do Plano Safra para acolhimento das propostas da sociedade civil e do Consea, sendo encaminhada a sistematização das contribuições da CP para articulação conjunta com outros colegiados. No campo do abastecimento alimentar, a CP debateu os impactos da Resolução nº 4/2026 do FNDE sobre o PNAE, especialmente os riscos de enfraquecimento da compra da agricultura familiar diante da flexibilização de mecanismos de chamada pública. Como encaminhamentos, definiu-se o envio de ofício à presidência do FNDE manifestando preocupação com as mudanças promovidas e, posteriormente, a construção de uma recomendação formal ao Conselho, caso não haja revisão dos pontos considerados críticos. A CP também realizou informes sobre a participação do Consea em espaços internacionais, com destaque para a Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRAD+20), na Colômbia, onde foi reforçada a defesa da reforma agrária, da governança da terra e do direito humano à alimentação adequada, além da crítica à declaração final da conferência por insuficiência de consensos e ausência de reconhecimento adequado das demandas dos povos e movimentos sociais.

65. A CP4 debateu temas relacionados à garantia do direito humano à alimentação adequada em contextos de vulnerabilidade social e trabalho precário. O principal ponto tratado foi a grave situação de insegurança alimentar e violação de direitos em Florianópolis (SC), após o fechamento do Restaurante Popular e a adoção de medidas restritivas à distribuição de alimentos para a população em situação de rua. A CP avaliou que as ações já realizadas pelo Consea Nacional e pelo Consea-SC foram insuficientes diante da permanência do cenário de violações, incluindo restrições ao acesso à alimentação, violência institucional e ausência de políticas públicas estaduais e municipais de segurança alimentar. Como encaminhamentos estratégicos, foi proposta a construção de uma recomendação articulada à AGU e ao STF para enfrentamento jurídico da situação, além da articulação com Defensoria Pública, movimentos sociais e parlamentares. Também foram definidos encaminhamentos imediatos para elaboração de nota pública de repúdio e realização de reunião ampliada envolvendo Consea Nacional, Consea-SC, Conselhos municipais, Defensoria Pública, movimentos sociais e demais instituições, visando alinhar estratégias políticas e jurídicas de incidência. Outro tema central foi a tramitação do PL nº 152/2024, relacionado às condições de trabalho de entregadores por aplicativo. A CP debateu os impactos da precarização do trabalho sobre a segurança alimentar dos trabalhadores e discutiu formas de incidência

política junto ao Congresso Nacional, especialmente em defesa de emendas que garantam remuneração mínima mais adequada por entrega. Como encaminhamento, ficou definida a necessidade de articulação urgente com a Secretaria de Relações Institucionais e demais atores envolvidos na negociação do projeto, considerando a proximidade da votação do PL na Câmara dos Deputados.

66. A CP7 participou da discussão conjunta entre as CP2, CP3, CP6 e CP7 sobre inclusão sanitária e revisão da RDC 49, deliberando pelo fortalecimento da incidência política e da mobilização da sociedade civil em defesa da participação do Consea no processo conduzido pela Anvisa. No debate sobre compras públicas, a comissão manifestou preocupação com mudanças na resolução do FNDE, especialmente o uso do termo “preferencialmente” nas compras da agricultura familiar, entendendo que isso pode fragilizar a participação de agricultores familiares e PCTs. Foi encaminhada a realização de reunião específica com o FNDE para aprofundar a análise da norma. A CP7 também debateu o decreto de regularização fundiária dos territórios de PCTs, reconhecendo sua relevância para a segurança alimentar e para os direitos territoriais. Como encaminhamento, decidiu-se solicitar acesso ao texto integral do decreto antes da formalização de apoio institucional. Outro ponto central foi o debate sobre cozinhas solidárias, tradicionais e ancestrais, com destaque para a necessidade de contemplar especificidades culturais de povos indígenas e povos de matriz africana nas políticas públicas de SAN. A comissão acompanhará tecnicamente a construção dessa proposta junto ao MDS. Por fim, a CP7 reforçou a importância de incorporar as demandas dos PCTs nas discussões do Plano Safra e da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, especialmente em relação a orçamento, sistemas alimentares tradicionais e combate às desigualdades.

67. A CPCE reuniu representantes de 20 estados e concentrou os debates em temas estratégicos relacionados ao PNAE, PAA, SISAN e participação social nos territórios. No debate sobre a Resolução nº 4/2026 do FNDE, destacou-se a necessidade de ampliar processos de formação e capacitação nos estados, especialmente diante das mudanças nos CAEs (Conselhos de Alimentação Escolar), da unificação dos mandatos, do aumento dos percentuais de compras da agricultura familiar e das alterações relacionadas aos ultraprocessados e aos PCTs. Sobre o PAA e a adesão ao SISAN, foi ressaltado que a exigência de adesão ao sistema fortaleceu a participação dos municípios no programa. Como encaminhamento, o MDS se comprometeu a aprimorar o fluxo de informações diretamente com os estados para fortalecer o monitoramento das diferentes modalidades do PAA. A CPCE também acompanhou o processo preparatório dos Encontros +2 reforçando o compromisso dos estados com a realização das etapas e o envio dos relatórios dentro dos prazos estabelecidos, além da apresentação de contribuições ao caderno metodológico. Por fim, houve diálogo sobre a agenda do programa Governo do Brasil na Rua nos estados, com encaminhamento para fortalecimento da articulação entre os fóruns

de participação social e os Conseas estaduais, visando ampliar a mobilização e a participação social nas atividades previstas.

68. A CP1 realizou um debate centrado no fortalecimento do SISAN, no monitoramento das políticas públicas e na preparação estratégica para o Encontro +2. Um dos principais pontos discutidos foi a participação de entidades privadas no SISAN, especialmente organizações sem fins lucrativos e, futuramente, instituições com fins lucrativos. Como encaminhamento, definiu-se que esse debate deverá ocorrer em etapas separadas, iniciando pelas organizações sem fins lucrativos, além da realização de uma sessão remota preparatória e da elaboração de materiais de subsídio para aprofundar o debate. A comissão também discutiu o Plano Brasil Sem Fome, destacando a importância do financiamento estruturante do SISAN nos estados e municípios, com fortalecimento institucional, garantia de equipes permanentes e ampliação da capacidade de monitoramento e execução das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Outro eixo central foi a apresentação do monitoramento participativo e orçamentário, especialmente das ferramentas relacionadas ao PNAE e ao uso do Siga Brasil. A CP1 avaliou positivamente o potencial estratégico dessas ferramentas para o acompanhamento das políticas públicas e encaminhou a necessidade de construção de estratégias de comunicação, identidade visual e materiais educativos para ampliar o acesso e uso dos instrumentos de monitoramento. Por fim, a comissão debateu os preparativos para o Encontro +2 e a necessidade de consolidar indicadores e mecanismos de acompanhamento das metas prioritárias do Consea ao longo de 2026. Como encaminhamento, deliberou-se pela construção de uma planilha estratégica de monitoramento para subsidiar tanto a plenária de maio quanto o acompanhamento contínuo das ações e entregas do sistema ao longo do próximo período.
69. A CP2 discutiu, na reunião conjunta com as CPs 3, 6 e 7, a agenda de inclusão sanitária relacionada à revisão da RDC 49 da Anvisa. O grupo definiu como prioridade continuar a força-tarefa que está analisando a minuta de consolidação das RDCs, considerada uma ameaça à configuração original da RDC 49, com prazo para manifestação formal à Anvisa até o final de março. Também foi decidido enviar um ofício apontando problemas estruturais já identificados no texto e intensificar o diálogo político com diretores da Anvisa, especialmente aqueles ainda pouco sensibilizados sobre o tema. A comissão ainda destacou a necessidade de articulação política junto ao MDA e ao Ministério Público e reforçou a importância de uma estratégia integrada de comunicação entre o Consea e as entidades da sociedade civil para ampliar o debate sobre inclusão produtiva e sanitária. Outro tema debatido foi o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A CGAN informou que uma nova portaria com diretrizes nutricionais será colocada em consulta pública em breve, substituindo normas invalidadas no governo anterior. A CP2 ficou responsável por elaborar contribuições do Consea para essa consulta. Também foi discutido o plano operativo da Estratégia Nacional de Prevenção e

Atenção à Obesidade Infantil (Enapoc), apresentado pelo MDS, com foco em identificar metas relacionadas ao Plansan e monitorar o andamento das ações nos ministérios. A reunião tratou ainda da contaminação internacional de fórmulas infantis. Representantes da Anvisa explicaram que o Brasil registrou poucos casos relacionados à toxina e conseguiu recolher mais de 50% dos produtos afetados, o que foi considerado um resultado eficiente. Entretanto, alertou-se para a vulnerabilidade do país diante de novos episódios, já que atualmente não há capacidade laboratorial instalada suficiente para analisar esse tipo específico de toxina.

70. A CP5 debateu o fortalecimento do monitoramento participativo da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, defendendo maior integração de dados, participação permanente de ministérios estratégicos e aprimoramento do acesso às informações orçamentárias pelo Siga Brasil. Também propôs processos formativos com perspectiva afroreferenciada para conselheiros e profissionais da alimentação, visando enfrentar o racismo alimentar e institucional. A comissão discutiu ainda o ODS 18 (Igualdade Racial), propondo incluir explicitamente a segurança alimentar e nutricional nas metas e indicadores relacionados à igualdade racial, além de promover incidência política, conferências livres e maior participação do Conselho nos debates da Agenda 2030. Por fim, a CP5 analisou o Ofício nº 32 da Articulação de Mulheres Negras e encaminhou propostas para fortalecer políticas de inclusão cultural e alimentar, valorizando práticas alimentares afro-brasileiras e de povos tradicionais. Também defendeu o monitoramento da participação de agricultores familiares negros, quilombolas e indígenas nas compras públicas de alimentos, especialmente no PNAE.

71. A CP6 debateu sobre a construção de um protocolo de ação integrada de SAN para povos indígenas com representantes da SECF, Sesan, MPI, Funai e Sesai. A comissão questionou a ausência de consulta direta aos povos indígenas no processo e reforçou que a construção do protocolo precisa considerar as realidades e especificidades dos territórios tradicionais. Como encaminhamento, a CP6 decidiu participar das próximas reuniões e articular a presença de lideranças indígenas para garantir a participação indígena de forma mais efetiva no processo. Também foi discutida o Programa Nacional de Saneamento Indígena, que foi apresentada por representante da Sesai e culminou na Recomendação nº 4/2026/CONSEA/SG/PR (Anexo E).

XIV. Relato dos Grupos de Trabalho

72. O GT de Conflitos de Interesse discutiu um projeto piloto apresentado pela Sesan/MDS, em parceria com o PNUD, sobre assimetrias de poder nos sistemas alimentares. A proposta envolve analisar a regulamentação da alimentação escolar e das cantinas, incluindo debates relacionados ao Projeto de Lei nº 4501/2020. O grupo também avançou na construção de uma minuta de resolução sobre conflitos de interesse no Consea, buscando definir critérios para participação da sociedade

civil e mecanismos de responsabilização. A proposta deverá ser apresentada na plenária de agosto. Além disso, foram planejadas atividades formativas e debates sobre conflitos de interesse, com participação do ObservaCol, incluindo ações previstas para o Encontro +2.

73. O GT SAN e Mudança do Clima definiu prioridades voltadas à integração entre segurança alimentar e nutricional e políticas climáticas. O grupo pretende contribuir para agendas sobre sistemas alimentares e clima, monitorar políticas transversais, como o Plano Clima e o Plansan, e fortalecer o diálogo do tema com outras CPs e colegiados. Entre as prioridades estabelecidas estão a continuidade dos debates técnicos, o monitoramento do Anúncio 4 do Plansan, a elaboração de uma carta política sobre a transversalidade da pauta climática em ano eleitoral e o aprofundamento das discussões sobre a COP 30 e a futura COP 31, na Turquia. O GT também solicitou ao Ministério do Meio Ambiente a inclusão de um “filtro de SAN” em programas específicos relacionados à agenda climática.
74. O GT Internacional debateu a retomada da cooperação Sul-Sul, considerada uma ação importante do III Plansan, com apoio de um consultor disponibilizado pela Caisan. O principal tema da reunião foi a ajuda humanitária a Cuba, diante do agravamento da situação no país. Foi dito que o governo brasileiro está organizando o envio de medicamentos e alimentos do PAA, mas existem dificuldades logísticas relacionadas ao transporte marítimo. Também ficou encaminhada a possibilidade de diálogo contínuo com a ABC para mobilizar ações da sociedade civil em apoio a Cuba.

XV. Informes

75. O Sr. Thomas Patriota, do MDA, relatou os principais resultados da Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, realizada na Colômbia. O evento retomou o debate internacional sobre reforma agrária e governança da terra após cerca de 20 anos, com participação de 56 países e forte presença brasileira. Um dos principais avanços foi a aprovação de uma declaração apoiada por 28 países, recolocando a reforma agrária redistributiva no centro das discussões. Houve divergências com movimentos sociais sobre o uso do termo “comunidades locais”, considerado amplo demais. Também foi destacado o lançamento do primeiro relatório internacional da FAO sobre governança da terra. Ficou acordado que as próximas conferências acontecerão em até três anos.
76. O Sr. Saulo Ceolin apresentou um balanço da Conferência Regional da FAO (LARC), realizada no Brasil, destacando que o evento fortaleceu a liderança brasileira na região e permitiu apresentar avanços do governo federal. Comentou que o Presidente Lula participou da abertura e houve ampla presença de países latino-americanos. Entre os resultados, destacou-se a inclusão de temas como sistemas alimentares urbanos e periurbanos e o acompanhamento da pauta da reforma agrária. Também foram apontadas dificuldades políticas na região, especialmente pela resistência de alguns países a pautas consideradas mais progressistas. Ainda

chamou atenção para a próxima eleição da direção-geral da FAO, prevista para o próximo ano, ressaltando a importância de acompanhar os candidatos e defender agendas como agroecologia e segurança alimentar.

77. A Sra. Elisabetta Recine agradeceu a presença e a participação de todos e encerrou a reunião plenária.

XVI. Aprovação da Ata

A presente Ata foi aprovada por unanimidade pelo Plenário do Consea na 4ª Reunião Plenária Ordinária de 2026, ocorrida no dia 04 de agosto de 2026. Encerrada a reunião, eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.



Documento assinado digitalmente

MARILIA MENDONÇA LEAO

Data: 22/09/2026 17:42:30-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARÍLIA MENDONÇA LEÃO

Secretária-Executiva

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

ANEXO A

PAUTA APROVADA PARA A 1ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA 2026

1ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA 2026 – Mandato 2025-2027

DATA: 10 e 11 de março de 2026

LOCAL: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto

Dia 10/03/2026 – REUNIÃO PLENÁRIA CONJUNTA CONSEA - CNAPO - CONDRAF

1. **9h – 9h10: Mística Frei Sérgio**
2. **9h10 – 9h30 Abertura e Boas-Vindas**
 - Elisabetta Recine, Presidenta do Consea
 - Elizete Maria da Silva - MMTR-NE - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste Representante da CNAPO
 - Eutália Barbosa, Secretária Executiva do Ministério das Mulheres
 - Kelli Mafort, Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas da Secretaria-Geral da Presidência da República
3. **9h30 – 9h35: Aprovação da pauta da reunião e da Ata da 4ª Reunião Plenária Ordinária de 2025**
4. **9h35 – 11h00: Iniciativas atuais rumo à transição justa e popular dos sistemas alimentares**
 - Moderação: Elisabetta Recine – CONSEA
 - Transição justa dos sistemas alimentares a partir dos princípios da SSAN – Inês Rugani e Kota Mulanji. Representantes CONSEA
 - Agenda prioritária para a Agricultura Familiar: Clérison dos Santos Belém. Representante CONDRAF
 - Agenda prioritária para a Agroecologia e Produção Orgânica: Paulo Frederico Petersen / ANA - Articulação Nacional de Agroecologia. Representante da CNAPO
 - Iniciativas do MDS para transição justa e popular dos sistemas alimentares: avanços, desafios, prioridades: Ministro Wellington Dias / MDS
 - Iniciativas do MDA para transição justa e popular dos sistemas alimentares: avanços, desafios, prioridades: Secretária Executiva Fernanda Machiavelli / MDA
 - Prioridades para articulação do governo e mobilização da sociedade civil para a agenda de transição justa dos sistemas alimentares. Kelli Mafort, Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas / SG-PR
5. **11h00 – 12h00: Diálogo com a Plenária**
6. **12h00 – 13h30: Almoço**
7. **13h30 – 13h45: Apresentação do vídeo em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres**
8. **13h45 – 13h55: Informe MonitoraSAN**

9. 13h55 – 16h45: Plano Safra e Plano Nacional de Abastecimento Alimentar: resultados, perspectivas e desafios

- Moderação: Elisabetta Recine – CONSEA e Laércio Ramos Meirelles - Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) / representação CNAPO
 - i. **PLANO Safra 2025/2026: Balanço da implementação e perspectivas para a edição 2026/2027 para a transformação dos sistemas alimentares**
- —Vanderley Ziger / Secretário de Agricultura Familiar e Agroecologia / MDA
 - Comentários:
 - Sociedade Civil - Representante Consea (Anderson Amaro - CP3), CNAPO (Cecile Marie Yvonne Gabrielle Follet - CNPOrg - Comissão Nacional de Produção Orgânica) e CONDRAF (Lidenilson Sousa da Silva)
 - ii. **PLANAB – Balanço da implementação: Resultados, desafios e perspectivas**
 - Secretária Nacional Ana Terra - SEAB/MDA
 - Diretor Silvio Porto - Conab
 - Secretária Nacional Lilian Rahal - SESAN/MDS
 - iii. **Elementos de atenção e oportunidades fortalecimento da implementação do Plano de Abastecimento na perspectiva da sociedade civil:**
 - Consea (representantes: Ana Maria Maya / CP2 e Anderson Amaro / CP3) – 8 min
 - Cnapo (representante: Marcos Rochinski - Contraf BRASIL - Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil)
 - Condraf (Lidenilson Sousa da Silva)

10. 16h45 – 17h00 Diálogo com a Plenária

~~11.~~ **17h00 – 17h15 Orçamento do Povo:** Leandro F. Couto, Diretor de Gestão Interna, Financeira e Orçamentária da Secretaria-Geral da Presidência da República

12. 17h15 – 17h30: Orientações para as atividades das CPs, CPCE e Grupos de Trabalho.

13. 17h30 – 19h30: Reunião dos Grupos de Trabalho

Dia 11/03/2026 – 1ª Reunião Plenária Ordinária

1. **8h30 – 13h00 Reunião das CPs e CPCE**
2. **13h00 – 14h00: Almoço**
3. **14:00 – 14:45: Proposta Metodológica do Encontro Nacional 6ª CNSAN +2**
4. **14:45 – 15:45: Deliberações da Plenária**
5. **15:45 – 17:00 Relato das CPs, CPCE e GTs**
6. **17:00 – 17:15 Informes**
 - Segunda Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR+20)

- 39ª Conferência Regional da FAO para América Latina e Caribe (LARC39)

7. 17:15 Encerramento

ANEXO B



Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

CARTA ABERTA

**Manifestação conjunta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO):
Alinhamento político e conceitual para a transição justa e popular dos sistemas alimentares**

Brasília, 26 de maio de 2026.

“Transição justa e popular é o processo político, técnico, relacional e multidimensional de transformação estrutural dos sistemas de produção, distribuição, acesso, consumo e descarte de alimentos, orientado pelo Direito Humano à Alimentação Adequada como direito social fundamental, e pela promoção da justiça social, ambiental, econômica, climática e intergeracional. Implica redistribuição de poder, recursos e capacidades, bem como abandono progressivo de práticas, tecnologias e arranjos institucionais que reproduzem desigualdades. Requer a adoção de novos paradigmas produtivos, distributivos e de consumo alinhados à sustentabilidade socioecológica. Pressupõe o enfrentamento das desigualdades históricas estruturais e a superação de modelos produtivos concentradores de terra, renda, riqueza, poder político e controle corporativo das cadeias alimentares ambientalmente insustentáveis e socialmente excludentes. A transição requer a atuação ativa do Estado como garantidor de direitos, regulador e indutor de políticas públicas intersetoriais e multiescalares.”

Trecho do documento de referência do Projeto Casa - Clima, Alimentação e Saúde, desenvolvido pela Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável (no prelo) e apresentado na plenária conjunta do CONSEA e da CNAPO, com participação de representantes do CONDRAF e do CNES, realizada em 10 de março de 2026.

1. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) realizaram uma Reunião Plenária conjunta, no dia 10 de março de 2026, em Brasília-DF, contando com a colaboração e participação de representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). A agenda foi construída com foco na interlocução e na atuação articulada, com vistas a fortalecer a participação social em pautas comuns, capazes de promover a transformação justa dos sistemas alimentares.

2. O objetivo foi realizar uma análise de contexto e definir os pilares de uma agenda comum de curto e médio prazos rumo à transição justa e popular dos sistemas alimentares. Foram abordados planos estratégicos no âmbito do governo federal que podem impulsionar este processo de transição, como o Plano Safra e o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (PLANAB). Ao final, em coerência com os princípios que orientam os Planos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e Abastecimento, realizamos um alinhamento político e conceitual para o alcance dos objetivos almejados.

3. Nesse sentido, o CONSEA e a CNAPO defendem a criação de um "marco de referência" que aborde conceitualmente e com a profundidade necessária a transição justa e popular dos sistemas alimentares. A expectativa é que, a partir deste marco de referência, sejam elaboradas as diretrizes para formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de abordagem sistêmica, alinhadas aos princípios defendidos pelos colegiados, como o direito humano à alimentação adequada; soberania alimentar; justiça alimentar, tributária e climática; e sustentabilidade em todas as dimensões, garantindo a efetiva participação democrática e popular na gestão das políticas públicas, bem como o trabalho conjunto entre governos centrais e locais, integrado com a sociedade.

4. Foram apresentadas e debatidas seis dimensões de justiça como diretrizes para a condução do processo de transição justa dos sistemas alimentares, orientadas por três questões: a definição em si; a pergunta que identifica se tal dimensão está aplicada e, qual é o foco principal para sua execução. A primeira dimensão é a **Justiça de Reconhecimento**, que trata de reconhecer e valorizar identidades, saberes, modos de vida e relações com a natureza, envolvendo o conhecimento construído e sistematizado por diferentes povos ao longo da história e que contribui para vislumbrar um horizonte de transição. A segunda dimensão é a **Justiça Distributiva**, que trata da importância da distribuição equitativa de recursos materiais e imateriais, incluindo benefícios, riscos e ônus associados à transformação dos sistemas alimentares, e da identificação de quem ganha e quem perde com o cenário de desigualdades do atual modelo dos sistemas alimentares. A terceira dimensão é a **Justiça Processual**, que trata das garantias de governança democrática, participação ampla e diversa nos processos de formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas. "Nada sobre nós sem nós", para citar a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB, o que significa uma demanda pelo fim da tutela: as agricultoras e os agricultores familiares e os povos e comunidades tradicionais são agentes de si mesmas(os). A quarta dimensão é a **Justiça Restaurativa**, que trata de reconhecer os danos estruturais e sistemáticos aplicados sobre agricultoras e agricultores, povos e comunidades tradicionais, populações negras no campo e nas cidades de modo geral, bem como questiona de que forma essa reparação é implementada no campo material, simbólico e estrutural. A Justiça Restaurativa e a Distributiva asseguram que o Estado cumpra as obrigações de respeitar, proteger e promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), garantindo que nenhum grupo seja privado de seus meios de subsistência por políticas voltadas ao mercado. A quinta é a **Justiça para Equidade Global**, que se refere à necessidade de considerar os impactos transnacionais e as interdependências que estruturam os sistemas alimentares atuais, especialmente em um contexto de intensificação das cadeias globais de valor. À medida que a produção, a distribuição e o consumo de alimentos são cada vez mais interconectados, as decisões tomadas em determinados locais podem gerar efeitos socioeconômicos e ambientais, muitas vezes invisibilizados, em outras partes. Por fim, a sexta dimensão é a **Justiça Intergeracional**, que diz respeito à responsabilidade de garantir que os sistemas alimentares não comprometam as condições de vida das gerações futuras. Pautada na lógica do desenvolvimento sustentável, essa dimensão enfatiza que as decisões presentes devem preservar e ampliar as possibilidades de bem-estar de gerações futuras.

5. Os sistemas alimentares e suas interações com a mudança do clima colocam nas agendas dos governos enormes desafios associados à garantia do DHAA, uma vez que a capacidade desses sistemas de produzir alimentos saudáveis e garantir seu abastecimento de forma regular e equitativa está intrinsecamente ligada a fatores climáticos, o que ameaça a estabilidade e a disponibilidade física de alimentos saudáveis, transformando o clima em um vetor de violação do DHAA. Os modos hegemônicos atuais de produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos, além disso, têm contribuído para a aceleração da crise climática.

6. De modo geral, a sociedade civil representada nos colegiados mencionados reconhece o avanço de políticas públicas voltadas para a soberania e segurança alimentar e nutricional, para a agroecologia e a agricultura familiar - como o PLANAPO, o PLANAB, o PLANSAN, o Marco de Referência de Alimentação e Clima, os editais de Quintais Produtivos, o Programa Cisternas, o Programa Cozinha Solidária, o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), dentre outros - como resposta às demandas dos movimentos sociais, bem como celebra os 20 anos de Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e os 30 anos de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

7. Os colegiados irão fortalecer a incidência conjunta nas demandas da agenda de soberania e segurança alimentar e nutricional, com o objetivo de aprofundar a compreensão da realidade da alimentação brasileira e propor ações estruturais e imediatas para fortalecimento das políticas públicas potencializadoras da transição justa e popular dos sistemas alimentares, após a saída do Brasil do Mapa da Fome da ONU. Já o Estado brasileiro precisa ser o agente que garante direitos para toda a população e reconhecer e valorizar ainda mais o protagonismo, os conhecimentos e as experiências da sociedade civil, para que as políticas públicas alcancem os territórios amplamente. Esses resultados serão alcançados por meio da promoção de ampla participação democrática e da transformação das estruturas burocráticas e sociais, para a realização dos objetivos em sintonia com os princípios agroecológicos e em oposição aos projetos liderados pelos mercados, seja os de infraestrutura, os energéticos e outros que violam direitos sociais, tradicionais e territoriais, como a proposta do Marco Temporal, a dragagem do Rio Tapajós e o desmonte da legislação ambiental.

8. Seguir os princípios agroecológicos significa também considerar a transversalidade das realidades e das demandas das relações étnico-raciais e de gênero. É necessário que se combata o racismo institucional que promove o apagamento das populações negras e que se construam e executem políticas estruturantes dirigidas à soberania e segurança alimentar e nutricional, à agroecologia e à agricultura familiar e aos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, na perspectiva de combate ao racismo, à violência contra as mulheres e à violência contra a população LGBTQIA+ e de construção do bem viver.

9. Ainda, destaca-se a necessidade de fortalecer a agricultura urbana e atender as demandas para viabilizar o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) para inserção nas compras públicas, como o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Fortalecer a agricultura urbana é, também, atender à agenda feminista em prol da autonomia das mulheres, uma vez que elas são as principais responsáveis pela produção de alimentos em âmbito urbano.

10. É necessário, também, inverter a lógica de fomento do Plano Safra: o incentivo é desproporcionalmente maior à produção de commodities, com base em monoculturas e agroquímicos - maior responsável pela emissão de gases de efeito estufa no país - quando comparado à produção de alimentos pela agricultura familiar de base agroecológica.

11. Destacamos alguns pontos de atenção oriundos do debate coletivo entre os colegiados envolvidos, que devem ser considerados na agenda de transição justa e popular dos sistemas alimentares:

- A violência de gênero invisibilizada no campo;
- O risco ao ambiente democrático em um ano eleitoral em que a disputa se dá de forma desleal pela extrema-direita;
- A insuficiência de protagonismo da sociedade civil na elaboração e execução das políticas públicas, bem como o baixo peso político dado às políticas de agroecologia e de abastecimento alimentar nas perspectivas política e orçamentária;
- A falta de compreensão conceitual e diálogo sobre as diversas formas de existir, produzir e conservar, praticados pela agricultura familiar e camponesa, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, fazendo com que as políticas públicas não alcancem seus objetivos de atender as pessoas nos seus territórios;

- O endividamento das pessoas mais pobres no contexto dos programas de crédito e demais políticas que envolvem o sistema dos bancos, além da falta de cobertura desses créditos para problemas que afetam a agricultura familiar e os povos e comunidades tradicionais, especialmente no contexto das emergências climáticas;
- A insuficiente oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural para elaboração de projetos e acesso a crédito e as inseguranças geradas pelas operações de credenciamento aos bancos e pagamentos aos agentes de ATER;
- A intensificação das ameaças às sementes crioulas pelas sementes transgênicas no contexto do agronegócio e a consequente erosão genética;
- O avanço de novos registros de agrotóxicos a cada ano, que destroem ecossistemas e são usados como arma contra agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais em contextos de conflito territorial, o que gera adoecimento e insegurança alimentar e prejudica a permanência desses grupos em seus territórios;
- A disputa desigual dos alimentos ultraprocessados, considerando o controle de grandes corporações sobre o que comemos e plantamos, em relação aos alimentos de base agroecológica, condenando a população mais pobre a produtos ultraprocessados, devido ao menor preço e ampla distribuição, o que configura uma violação da dimensão de adequação nutricional do DHAA;
- A instrumentalização da fome como arma de guerra e de higienização social, inclusive sobre quem produz alimentos;
- O financiamento de projetos, por meio de políticas públicas, de quem intensifica as emergências climáticas e de quem ameaça os territórios - como os incentivos à produção e exportação de commodities;
- A divulgação insuficiente de dados referentes ao impacto da insegurança alimentar e nutricional sobre a população negra, indígena e de demais povos e comunidades tradicionais; e
- A saída do país do Mapa da Fome é uma conquista a ser celebrada, porém, permanece o núcleo duro da fome, com 3,2% de famílias em insegurança alimentar grave (IBGE. PNADc, 2024). Além disso, o crescimento do consumo de alimentos ultraprocessados responde por quase 20% das calorias ingeridas, sendo que 26,7% do total de calorias consumidas de ultraprocessados em adolescentes, 19,5% em adultos e 15,1% em idosos (IBGE. POF, 2017-2018). Enfrentar os desafios vinculados às diferentes formas de má nutrição requer prioridade política e estratégica, orçamento adequado e contínuo, olhar ampliado e fortalecimento da democracia.

12. Diante do exposto, a sociedade civil representada no CONSEA e na CNAPO recomenda ao Governo Federal:

- Elaborar uma agenda de ação que considere princípios, diretrizes e ações que promovam a transição justa e popular dos sistemas alimentares.
- A transformação estrutural na forma de elaborar e executar políticas conectando o campo à cidade, com base no Direito Humano à Alimentação Adequada, com inserção da agroecologia de forma massiva no plano de governo, com vistas à promoção de sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e justos. Estes princípios podem contribuir para a elaboração do “Mapa do Caminho” para a eliminação dos combustíveis fósseis dos sistemas alimentares.
- Garantia de recursos orçamentários e financeiros adequados, protegidos contra assimetrias de poder, para implementação, fortalecimento e integração de políticas públicas e planos nacionais, como o PLANSAN, o PLANAB o Plano Safra, o PLANAPO e os Planos Setoriais de Segurança Alimentar e Nutricional, de Agricultura Familiar e de Biodiversidade no Plano Clima;
- A implementação plena e imediata do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar;

- A garantia de implementação de políticas públicas que promovam produção, acesso e consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, que atendam às diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira, com incentivos nas várias etapas do sistema alimentar, da produção até o consumo, incluindo estoques de alimentos básicos, rede de abastecimento e distribuição de alimentos;
- Adoção de políticas fiscais e tributárias que ampliem o acesso da população aos alimentos in natura ou minimamente processados;
- A transição agroecológica como diretriz na elaboração dos projetos da Assistência Técnica e Extensão Rural;
- O combate ao feminicídio e a todas as formas de violência contra as mulheres;
- A garantia de direitos perante povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e seus territórios;
- O combate ao racismo institucional na elaboração e na execução de políticas públicas e a aplicação plena do ODS 18, defendida pelo governo brasileiro.
- A criação e o fortalecimento de canais de exigibilidade e monitoramento das violações do DHAA, permitindo que comunidades tradicionais e periféricas denunciem o desabastecimento e a contaminação de seus alimentos por agrotóxicos.



Documento assinado eletronicamente por **Marília Mendonça Leão, Secretário(a)-Executivo(a)**, em 28/05/2026, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Dias Tavares, Secretário(a)-Executivo(a)**, em 28/05/2026, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7593626** e o código CRC **EAF36EFC** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0